

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação a elaboração, divulgação, auditoria de relatórios contábil-financeiros e trabalhos de auditoria independente em geral, julgue os itens que se seguem.

- 81** O conjunto de responsabilidades às quais está obrigado o auditor independente é aquele contido nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TAs).
- 82** Se um auditor independente constatar que, após o trabalho ter sido aceito, o objeto não é apropriado para o trabalho de asseguarção, ele deverá emitir uma conclusão com ressalvas, independentemente de quão relevante lhe parecer o fato.
- 83** O principal objetivo da preparação e divulgação de relatórios contábil-financeiros pelas empresas é subsidiar as ações governamentais de fiscalização tributária.
- 84** Uma auditoria independente é feita com base na premissa de que a administração da entidade auditada é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis segundo a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Julgue os itens subsequentes, relativos às seguintes contas: caixa; reservas de lucros; fornecedores; aplicações financeiras; duplicatas a receber; encargos financeiros a transcorrer; duplicatas descontadas; imobilizado; capital social; estoques; impostos e contribuições a recolher; empréstimos e financiamentos; receitas financeiras a transcorrer.

- 85** No momento da realização de aquisição financiada de imobilizado, se for utilizado o regime de caixa, duas contas serão escrituradas; no caso de uso do regime de competência, serão três contas.
- 86** No rol de contas em questão, o número de contas de natureza devedora é maior que o das de natureza credora.
- 87** A conta “duplicatas descontadas” representa uma aplicação de recursos.
- 88** Se, em uma compra de materiais para estoque, 50% do valor total for pago à vista e o restante for financiado com juros, tem-se um fato contábil misto.
- 89** Por ocasião das competências mensais, os saldos das contas “encargos financeiros a transcorrer” e “receitas financeiras a transcorrer” serão reduzidos mediante lançamentos feitos em contas de despesas financeiras e de receitas financeiras, respectivamente.

contas patrimoniais	R\$
caixa e equivalentes de caixa	100
contas a receber	300
estoques de mercadorias	400
prêmios de seguros a vencer no curto prazo	10
créditos de pessoas ligadas	50
imóveis para investimento	500
imobilizado de uso	1.000
depreciação acumulada	100
fornecedores	300
duplicatas descontadas	100
salários e encargos a pagar	200
empréstimos de curto prazo	100
financiamentos de longo prazo	500
obrigações fiscais refinanciadas	30
capital social	1.000
reservas de capital	30
reservas de lucros	30
ações em tesouraria	10
lucros ou prejuízos acumulados	??

A tabela acima apresenta o rol de contas patrimoniais e respectivos saldos de determinado ente público no encerramento de um exercício social.

Considerando que os saldos registrados na tabela sejam os únicos relevantes para fins de levantamento do balanço patrimonial do exercício, julgue os seguintes itens.

- 90** O total da coluna de saldos credores do balancete de verificação das contas listadas é superior a R\$ 2.400.
- 91** O valor do ativo não circulante é igual a R\$ 1.450.
- 92** Se, após o levantamento dos saldos e antes do encerramento do balanço, for constatada perda de valor recuperável de ativos imobilizados, essa perda deverá ser registrada em conta própria do ativo imobilizado e terá impacto negativo no resultado do exercício.
- 93** Os resultados acumulados são negativos e inferiores a R\$ 100.

De acordo com a Lei n.º 6.404/1976, julgue os próximos itens, a respeito da elaboração e apresentação das principais demonstrações contábeis.

- 94** Os adiantamentos concedidos a sociedades controladas e não ligados à exploração do objeto social da empresa controladora devem ser registrados no ativo não circulante da controladora.
- 95** O lucro anterior ao imposto de renda é obtido mediante dedução das despesas não operacionais e acréscimo das receitas não operacionais, com inclusão de resultados financeiros sobre o lucro ou prejuízo operacional.
- 96** Os ajustes de exercícios anteriores devem ser evidenciados na demonstração de lucros ou prejuízos acumulados quando motivados por mudança de critério contábil ou por retificação de erro atribuível a um exercício anterior, e não puderem ser atribuídos a fatos subsequentes.
- 97** A apresentação de demonstrações de mutações do patrimônio líquido é facultativa.
- 98** O objetivo primeiro da demonstração dos fluxos de caixa (DFC) é permitir que usuários dessa demonstração avaliem a capacidade de geração de futuros fluxos líquidos positivos de caixa.

De acordo com a Lei n.º 6.404/1976, julgue os itens que se seguem, relativos a estrutura societária e notas explicativas.

- 99** Os créditos existentes entre sociedades coligadas e controladas, de um lado, e as respectivas sociedades participantes e controladoras, de outro, devem ser detalhados nas notas explicativas.
- 100** No conselho fiscal de entidades de economia mista, ao menos um membro deve ser eleito pelos acionistas minoritários.

Acerca da terminologia e da classificação utilizadas na contabilidade de custos, julgue os itens a seguir.

- 101** Em uma empresa industrial, cuja política de pagamentos estabelece que as compras sejam pagas com trinta dias contados a partir da data da aquisição, a matéria-prima representa uma despesa, no momento em que é adquirida pela empresa, e um custo, ao ser consumida no processo produtivo.
- 102** Uma instituição financeira, em razão da ausência de estoques, deve adotar, na contabilidade de custos, termos e conceitos substancialmente diferentes daqueles utilizados pelas indústrias.

Considerando que a CGE/PI pretenda conhecer o custo de uma de suas unidades, a Gerência de Auditoria, julgue os itens seguintes.

- 103** Os gastos relativos ao combustível do veículo utilizado para transportar auditores que realizam fiscalizações externas às suas unidades representam custos variáveis, sujeitos a alterações decorrentes da quantidade de fiscalizações realizadas por esses auditores.
- 104** Os vencimentos do auditor que se dedica exclusivamente à execução de auditorias devem ser classificados como custos diretos, uma vez que o objetivo da CGE/PI é o de calcular o custo da referida unidade gerencial.
- 105** Os vencimentos do auditor responsável exclusivamente pela atividade de preparação das auditorias — levantamento de dados e de informações para subsidiar a realização dos trabalhos — são classificados como custos indiretos.

descrição do produto	custos diretos (em R\$)	horas de mão de obra (em %)
sabonetes infantis	100.000	20
sabonetes masculinos	200.000	45
sabonetes femininos	150.000	35
total	450.000	100

Uma fábrica de sabonetes, que utiliza o método de custeio por absorção, produz três tipos de produtos: infantis, masculinos e femininos. Estudos e pesquisas mostraram que a melhor base para alocação dos custos indiretos de fabricação seria as horas de mão de obra direta despendidas em cada produto. Os custos indiretos do período somaram R\$ 200.000,00. A tabela acima mostra as horas de mão de obra, em termos percentuais, e os custos diretos já alocados aos produtos.

Com base nas informações e na tabela apresentadas, julgue os itens que se seguem.

- 106** A soma dos custos totais dos sabonetes infantis e dos masculinos será de R\$ 360.000,00.
- 107** Se toda a produção for vendida, os custos totais de fabricação do período serão de R\$ 650.000,00 e corresponderão ao custo dos produtos vendidos (CPV).

No que se refere a métodos de custeio, julgue os itens subsequentes.

- 108** No método de custeio variável ou direto, somente os custos diretos são alocados aos produtos; os indiretos, ainda que variáveis, são considerados como despesas na demonstração dos resultados do exercício.
- 109** De acordo com o método de custeio por absorção, os custos fixos, embora não sejam ativados, são considerados no resultado à medida que os produtos fabricados são vendidos.
- 110** O método de custeio por absorção é o mais adequado para efeitos de tomada de decisão, planejamento e controle, já que, além de obedecer ao regime de competência, é o mais aceito pelos profissionais de contabilidade e pelo fisco brasileiro.

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens a seguir, relativos a etapas e estágios das receitas e das despesas públicas.

- 111** Se o instrumento de contrato for facultativo, a nota de empenho da despesa poderá substituir tal contrato.
- 112** A procedência do crédito fiscal deve ser verificada no ato do lançamento da receita pública.

Considere que as seguintes transações governamentais tenham sido contabilmente registradas no âmbito da CGE/PI durante o exercício financeiro de 2013:

- I recebimento de bem imóvel em doação;
- II baixa de máquinas e equipamentos considerados inservíveis;
- III pagamento de folha de pessoal empenhada e liquidada no mês anterior;
- IV compra de veículo zero quilômetro à vista, para uso nas atividades administrativas;
- V registro da depreciação mensal dos móveis e utensílios no ativo imobilizado.

A partir dos registros contábeis apresentados, julgue os próximos itens, acerca das variações patrimoniais e das transações no setor público.

- 113 Na transação III, verifica-se que a situação líquida patrimonial será negativamente afetada, o que representa uma variação patrimonial diminutiva.
- 114 Mesmo modificando apenas a composição específica dos elementos patrimoniais, sem alterar a situação líquida patrimonial da CGE/PI, a transação IV deve ser registrada contabilmente como variação patrimonial.
- 115 A transação V deve ser registrada como uma variação patrimonial qualitativa, visto que ela representa uma variação independente da execução orçamentária.
- 116 As transações I e II decorrem, respectivamente, de operações que aumentam e diminuem o patrimônio líquido da CGE/PI, por isso devem ser registradas como variações patrimoniais quantitativas.

Com relação à mensuração de ativos e passivos em entidades públicas, julgue os itens seguintes.

- 117 A conta de ajuste relativa ao reconhecimento de risco de recebimento de dívida deve ser reduzida ou anulada quando deixar de existir o motivo que a tenha originado.
- 118 Caso não seja possível, eventualmente, a valoração dos ativos intangíveis obtidos a título gratuito, eles não deverão ser evidenciados.

Suponha que as seguintes transações governamentais tenham sido registradas em uma entidade governamental durante determinado exercício financeiro já encerrado:

- ▶ aprovação da LOA no valor de R\$ 100.000,00, sendo 60% na categoria econômica corrente e 40% na categoria econômica de capital;
- ▶ lançamento, ao longo do referido exercício, de R\$ 50.000,00 de impostos, sendo arrecadados 80% desse valor;
- ▶ ingresso de depósitos de terceiros passíveis de devolução.

Considerando essas transações, julgue os itens subsequentes, relativos ao regime e ao tratamento contábil aplicável aos impostos.

- 119 No momento da arrecadação dos impostos, será registrada uma variação patrimonial aumentativa no valor de R\$ 40.000,00.
- 120 Como os recursos financeiros de caráter temporário representam apenas entradas compensatórias, o recebimento de depósitos de terceiros passíveis de devolução não deve ser registrado no rol das receitas orçamentárias.
- 121 Deve ser reconhecida uma receita orçamentária de R\$ 60.000,00 no momento da aprovação do orçamento.

A respeito da terminologia utilizada e das características do sistema de informações de custos do setor público, julgue os itens que se seguem.

- 122 De acordo com o atributo da granularidade, as informações de custos devem ser elaboradas conforme a finalidade específica pretendida pelo usuário.
- 123 Caso a forma típica de alocação de recurso para a prestação de serviços públicos corresponda ao orçamento, deverá ser utilizada a fase do empenho da despesa para que a informação de custos seja gerada.

Acerca das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, julgue os próximos itens.

- 124 O resultado patrimonial do exercício é apurado na demonstração das variações patrimoniais pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas e as variações patrimoniais qualitativas.
- 125 Na estrutura do balanço orçamentário, devem ser identificadas as receitas intraorçamentárias realizadas e as despesas intraorçamentárias empenhadas, liquidadas e pagas.

No que se refere aos procedimentos de execução orçamentária e financeira e àqueles aplicáveis aos suprimentos de fundos, julgue os itens subsequentes.

- 126 Da mesma forma que acontece no processo licitatório, a despesa executada por meio de suprimento de fundos deve garantir a aquisição mais vantajosa para a administração pública.
- 127 No âmbito do Poder Executivo federal, o decreto de programação financeira pode ser modificado, desde que respeitados os limites consignados no orçamento anual.

Com relação à Conta Única do Tesouro Nacional e aos instrumentos de segurança do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), julgue os itens a seguir.

- 128 Qualquer irregularidade constatada após a contabilização de documento no SIAFI somente poderá ser corrigida por meio da emissão de um novo documento que efetue o acerto.
- 129 Caso a ordem bancária seja cancelada após a data de sua emissão, seu valor só recomporá a disponibilidade da unidade gestora no dia seguinte.

Acerca do disposto na IN CGE n.º 2/2014, que disciplina a instauração, a organização e o processamento das tomadas de contas especiais no âmbito do Poder Executivo do estado do Piauí, em observância às normas do tribunal de contas do estado, julgue o próximo item.

- 130 Em caso de discordância entre o relatório de auditoria e o da comissão tomadora das contas, é necessário que ambos os relatórios sejam harmonizados, de modo que um acolha o posicionamento do outro.

Em relação a lei orçamentária anual (LOA), planejamento governamental no estado do Piauí e créditos adicionais, julgue os itens a seguir.

- 131 Créditos especiais e extraordinários são abertos para inserir novas dotações orçamentárias na LOA, podendo ser transferidos para a continuidade da execução no exercício seguinte, se a autorização do Poder Legislativo ocorrer no mês de novembro.
- 132 A LOA não deverá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, nem autorização para a contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO).
- 133 A lei que estabelece o Plano Plurianual (PPA) do estado do Piauí para o quadriênio 2012–2015 prevê a inclusão, exclusão ou alteração de programas de governo durante a vigência do plano.
- 134 Caso seja identificada frustração na arrecadação da receita, durante o acompanhamento da execução de um orçamento público, mecanismos de ajuste entre receita e despesa deverão ser propostos pelo Poder Executivo, mediante decreto, e aprovados pelo Poder Legislativo.

Acerca do PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da LOA, das técnicas orçamentárias, da supervisão ministerial e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens subsecutivos.

- 135 Na técnica de elaboração do orçamento público, a orçamentação diz respeito aos valores financeiros de custos e recursos disponíveis para a execução de projetos, os quais devem conter a definição da quantidade de produto a ser ofertado à sociedade ao final de seu período de execução.
- 136 Sob a ótica das atuais normas orçamentárias, são consideradas receitas de capital as receitas de compensação financeira provenientes da fruição de recursos minerais, hídricos e florestais para recompor financeiramente os prejuízos ou danos causados pela atividade econômica na exploração desses bens.
- 137 São dispêndios extraorçamentários as saídas de numerários para os pagamentos de restos a pagar, os resgates de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e as transferências de dinheiro de empréstimos consignados efetuados pelos servidores para os bancos credores.
- 138 Há, no setor público brasileiro, a previsão de descentralização das atividades de planejamento governamental, com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, recorrendo-se, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato.
- 139 A LRF atribuiu à LDO a responsabilidade de tratar de outras matérias não previstas na Constituição Federal de 1988, como a publicação da avaliação atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos.
- 140 No processo de elaboração do orçamento, seguindo o modelo federal, o detalhamento da proposta setorial compreende momentos em que os agentes compartilham os dados e as informações de cada etapa decisória, visando imprimir credibilidade ao planejamento.

agente	bem	
	T	A
X	3 horas	4 horas
Y	2 horas	3 horas

Considerando que uma economia formada pelos agentes X e Y produza os bens tecido (T) e alimento (A) e apresente as possibilidades de produção descritas na tabela acima, julgue os itens a seguir, a respeito dessa economia.

- 141 O agente Y, para produzir uma unidade adicional de T, precisa reduzir sua produção de A em 1,5 unidade.
- 142 O agente X tem menor custo de oportunidade na produção de A que na de T.
- 143 O agente Y tem menor custo de oportunidade na produção de ambos os bens.
- 144 Para produzir uma unidade adicional de T, o agente X precisa reduzir sua produção de A em 0,75 unidade.

Julgue os seguintes itens, relativos aos axiomas e às hipóteses que regem as preferências do consumidor.

- 145 As curvas de indiferença apresentam inclinação positiva e densidade em todo o espaço de bens.
- 146 Se o coeficiente da elasticidade preço da demanda for menor que a unidade, então o bem demandado será insensível a alterações no seu preço.
- 147 Se, na comparação entre os bens A, B e C, o bem B for pelo menos tão bom quanto o bem A, e o bem C for estritamente preferível ao bem A, então, sob convexidade, qualquer combinação linear dos bens B e C será preferível ao bem A.

No que se refere às funções de produção e suas propriedades, julgue os itens subsequentes, considerando os insumos x e y e a produção Q .

- 148 A função $Q = -5 + x + y$ indica que os bens são complementares e que a taxa marginal de substituição entre os dois bens é igual a 1.
- 149 A função $Q = x^{0,5}y^{0,5}$ é do tipo Cobb-Douglas, e a taxa marginal de substituição entre os bens x e y é dada pela razão $\frac{y}{x}$.

Julgue os itens que se seguem, referentes à teoria microeconômica clássica.

- 150 A produção de uma firma monopolista maximizadora de lucro se dá na zona elástica da curva de demanda.
- 151 Em concorrência perfeita, a receita marginal é igual à receita média no ponto ótimo.

Em relação às estruturas de mercado, julgue os próximos itens.

- 152 Caso uma indústria em concorrência perfeita esteja em equilíbrio de longo prazo e haja uma contração da demanda agregada, então, no novo equilíbrio, o preço será necessariamente menor.
- 153 Se existirem rendimentos constantes à escala em uma indústria perfeitamente competitiva, então a curva de oferta da indústria será horizontal no longo prazo.

Acerca dos modelos clássicos IS-LM e de oferta e demanda agregadas, julgue os itens seguintes.

- 154** O aumento do salário nominal desloca a curva de demanda agregada para a direita e provoca aumento da renda e do nível de preços de equilíbrio.
- 155** O aumento da quantidade de moeda por parte do Banco Central desloca a curva LM para a direita, proporcionando redução na taxa de juros e redução do salário real.
- 156** Considerando-se o fechamento keynesiano do mercado de trabalho, a curva de oferta agregada será positivamente inclinada no plano preço e renda e terá como argumento o salário nominal.

Com referência à teoria econômica do setor público, julgue os próximos itens à luz dos principais conceitos de contabilidade fiscal.

- 157** Em uma economia aberta, o déficit do balanço de pagamentos em transações correntes é financiado pelo déficit público.
- 158** Se eventual elevação da taxa básica de juros por parte do Banco Central acarretar a entrada líquida de capitais no país, haverá expansão das reservas internacionais e contração da dívida líquida do setor público.

A respeito do comportamento da economia brasileira após a implantação do Plano Real, julgue os itens a seguir.

- 159** Até 1999, o Banco Central do Brasil adotou o regime de câmbio fixo como estratégia para ancorar as expectativas de inflação.
- 160** No período pós-2003, quase toda a dívida pública brasileira foi indexada ao dólar como estratégia para reduzir a vulnerabilidade externa do país.

Espaço livre